



## Educação do campo no acampamento Nelson Mandela, Água Branca/AL e Assentamento Maria Bonita, Delmiro Gouveia/AL: rupturas e perspectivas no século XXI

Gabriel da Silva Veras<sup>(1)</sup>, Felipe Santos Silva<sup>(2)</sup>, Gileide da Silva Santos<sup>(3)</sup>,  
Ricardo Santos de Almeida<sup>(4)</sup>

Página | 83

<sup>(1)</sup>Universidade Federal de Alagoas, gabrielsveras18@gmail.com; <sup>(2)</sup> Universidade Federal de Alagoas, felipegeoufal@hotmail.com; <sup>(3)</sup>Universidade Federal de Alagoas, gyleidi@gmail.com; <sup>(4)</sup> Professor da Universidade Federal de Alagoas, ricardosantosal@gmail.com.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 20 de fevereiro de 2016; Aceito em: 20 de março de 2016; Publicado: 06 de novembro 2016. Copyright© Autor, 2016.

**RESUMO:** Objetivou-se com este estudo analisar como se pode por meio da Educação do Campo interpretar os reatamentos da formação social, econômica e territorial expressas na cultura do povo do campo no Acampamento Nelson Mandela, em Água Branca e Assentamento Maria Bonita, em Delmiro Gouveia/AL. Para tal, torna-se necessária a interpretação do paradigma da questão agrária como validação teórica sobre como se permeia a luta e resistência dos povos do campo pelo acesso à educação contextualizada às suas relações socialmente estabelecidas. Contudo, nos debruçamos sobre as leituras de Bergamasco (1996), Camacho (2012), Ferreira (2011), Munarim (2011), Oliveira (2001), Oliveira (2004), Serpa (2006), Stedile (2000), Silva (1998) com o intuito de interpretarmos a diferenciação entre assentamentos e acampamentos, as relações existentes entre o campesinato, a agricultura familiar e o agronegócio e os reatamentos das relações existentes na organização e produção do espaço e como todos esses elementos são socializados nos ambientes de estudo realizados. Contudo, foi realizado trabalho de campo com o intuito de interpretarmos como este processo se organiza e reafirma a condição de luta e resistência desses povos do campo no campo. É necessário o entendimento do contexto histórico que envolve a Educação do Campo no Brasil por meio do desmembramento das relações nela constituídas por meio de legislações específicas que a formataram. É a partir da interpretação do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente desde 2001 que enfatizaremos como os movimentos sociais e os trabalhadores do campo se articulam para a luta pelo acesso à educação do campo e no campo. Neste sentido, compreende-se que os pontos de partida para entender esse processo versam-se o entendimento da conjuntura social e política da era Imperial, herança dos períodos históricos (Capitanias Hereditárias e Sesmarias), e os acontecimentos existentes entre os Séculos XIX e XX, dentre os quais destacamos o processo de industrialização tardia que contribuiu para uma formação técnica que enveredava a educação presente no campo como um mero receptáculo para a retroalimentação do agronegócio.

**Palavras-chave:** Educação do/no campo, Luta, Resistência.

**ABSTRACT:** This study is meant to examine how can through the Rural Education interpret the aftermaths of social, economic and territorial formation expressed in the field of popular culture at Camp Nelson Mandela in White Water and Settlement Maria Bonita in Delmiro Gouveia / AL. To do this, the interpretation of the paradigm of the agrarian question becomes necessary as a theoretical validation on permeates the struggle and resistance of the people of the field for access to contextualized education to its socially established relationships. However, we look back on the readings Bergamasco (1996), Camacho (2012), Ferreira (2011), Munarim (2011), Oliveira (2001), Oliveira (2004), Serpa (2006), Stédile (2000), Smith (1998) in order to interpret the differentiation between settlements and camps, the relationship between the peasantry, family farming and agribusiness and the aftermaths of the relationship in the organization and production of space and how all these elements are socialized in study environments performed. However, it was done field work in order to interpret how this process is organized and reaffirms the condition of struggle and resistance of these field people in the field. historical context of the understanding is needed that involves the field of education in Brazil through the breakdown of relationships established it through specific legislation that formatted. It is from the interpretation of the National Education Plan (PNE) in force since 2001 emphasize how social movements and rural workers are linked to the struggle for access to the field of education and in the field. In this sense, it is understood that the starting point for understanding this process Versam- understanding of social and political developments of the era imperial heritage of historical periods (hereditary captaincies and Sesmarias), and existing developments between the nineteenth and twentieth centuries, among which the late industrialization process that contributed to technical training that enveredava this education in the field as a mere receptacle for feedback agribusiness.

**Keywords:** Education in the field, fighting, Endurance.

## INTRODUÇÃO

Tratar da questão Agrária é, sobretudo, tratar das lutas que permeiam o desenvolvimento capitalista no campo numa perspectiva territorial, tendo em vista que tal sistema é desigual e contraditório, o que fornece subsídios para o surgimento da questão agrária tal como ela é.

Página | 84

Com isso, faz-se necessário tomar a compreensão de que a análise do território deve ser entendida por meio da perspectiva da contradição e desigualdade social, na qual sua totalidade é caracterizada por lutas configuradas historicamente.

No caso da questão agrária, tal luta é baseada na busca dos trabalhadores rurais, por uma terra em que se possa ser efetivada a sua função social, tirando-a dos grandes proprietários/latifundiários que monopolizam o espaço agrário e territorializam o capital. Destacamos neste estudo também como as forças produtivas que configuram o território, onde há uma “contínua luta da sociedade pela socialização da natureza” (OLIVEIRA, 2004, p. 40) se espacializam no sertão alagoano nos municípios: Água Branca e Delmiro Gouveia.

É salutar compreender que no Brasil, essencialmente, a distribuição de terras é desigual. Essencial por que desde 1540, as terras já eram divididas, na época em capitâneas hereditárias. Logo após, em sesmarias e, atualmente, em latifúndios.

A concentração de terras nas mãos de poucos resulta na desigualdade social, na qual poucas pessoas são beneficiadas dessa divisão, fazendo com que a maior parte da população não consiga alcançar o pleno desenvolvimento de melhorias para suas vidas. Tal concentração contribui para o impedimento da produção de alimentos agricultáveis. Ainda, segundo Stédite (2000, p. 203),

Se pode concluir que a baixa produção agrícola do país e os altos níveis de subnutrição e fome, que atingem mais de 32 milhões de brasileiros, têm sua causa fundamental na forma como se ocupa a terra no Brasil e sobretudo na concentração da propriedade da terra, ou seja, no latifúndio.

Consideramos, com base nos pressupostos teóricos analisados, que o Estado deveria cumprir o papel de provedor do bem estar social entre as classes sociais, dispondo de igualdade na distribuição de terras, porém, dificilmente, no contexto histórico brasileiro, viu-se o mesmo servindo aos trabalhadores rurais e opondo-se aos grandes proprietários de terra, principalmente no que se refere a questão agrária. Essa situação evidencia que o Estado deve repensar sua maneira de efetivação do

desenvolvimento socioeconômico nacional garantindo o atendimento das necessidades básicas de toda produção de riquezas seja igualmente distribuída. Porém, como diz Bergamasco (1996, p. 76) “enquanto esta transformação política não ocorre, os trabalhadores rurais sem terra decidiram “ocupar” as áreas produtivas para pressionar o governo a alavancar os programas de reforma agrária”.

E a realidade do acampamento Nelson Mandela e assentamento Maria Bonita, localizados nas cidades Água Branca e Delmiro Gouveia, respectivamente, não são diferentes das demais lutas de famílias de trabalhadores sem terra em todo o Brasil. Com isso, será discorrido no próximo eixo como tem sido as questões sócio-espaciais e territoriais que acompanham o processo de ocupação territorial desses dois lugares.

O presente estudo tem por objetivo contextualizar as realidades convergentes das lutas dos moradores do acampamento e do assentamento supracitados, além de dar ênfase na discussão sobre a educação do campo que lhes é oferecida e sobre a educação do campo que lhes servem adequadamente como cidadãos.

Torna-se fundamental apontarmos as diversas dificuldades encontradas na Educação do Campo, e entender por que as escolas atuam na preparação dos estudantes ainda nos moldes tecnicistas. É preciso neste processo refletir que para que esta escola do campo possa funcionar é necessário oferecer uma educação específica associada à produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo e desenvolver ações coletivas com a comunidade escolar.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada nos dias 08 e 09 de Dezembro de 2015. Os locais de visita foram: o Acampamento Nelson Mandela (Água Branca), o Assentamento Maria Bonita (Delmiro Gouveia) para entendermos o processo de formação e organização dos acampamentos e assentamentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tendo em vista, compreender o processo de luta pela terra nesses ambientes, pois, na perspectiva do paradigma da questão agrária compreendemos que o mesmo “formado por autores que defendem que a Questão Agrária é um problema estrutural, logo somente poderá ser resolvido com a luta contra o capitalismo [...] capitalismo no campo se faz a partir de um movimento desigual e contraditório”. (CAMACHO, 2012, p. 01)

Com base no exposto, buscamos problematizar os discursos contraditórios em torno das questões pertencentes aos movimentos sociais, tentando compreender as

particularidades na totalidade, porém partindo da questão agrária e territorial alagoana para a região nordeste, cujo cenário é preocupante, devido ao processo de desterritorialização dos trabalhadores rurais a territorialização do capital monopolista na agricultura, como vem acontecendo nas áreas em questão, para isso, concordamos com Oliveira (2004, p. 42), quando ele aponta que o capital desterritorializou esses povos e monopolizou o território. Em pesquisa realizada com as famílias do acampamento Nelson Mandela nós percebemos que os trabalhadores acampados tiveram suas vidas no meio rural, viviam do campesinato, entretanto, em algum momento de suas vidas, foram forçados a deixar seus lares e seus lugares, sendo conduzidos a viver nas cidades ou continuar no campo, porém vendendo sua força de trabalho aos latifundiários.

Nesse sentido, percebemos que o capital territorializa o espaço agrário e expulsa os trabalhadores rurais que vivem nesses espaços, esse processo desterritorializa os trabalhadores e os força a viver aos moldes de capital, ou seja, tenta acabar com o modo de vida ligado ao campesinato e tenta destruir a agricultura de base familiar. Já o segundo mecanismo, diz respeito ao capital configurando as relações sociais no espaço agrário, onde, monopoliza o território e redefine as relações sociais existentes, moldando as atividades produtivas à luz do capitalismo, conduzindo o campo a servir a agroindústria capitalista, nesse viés, o campesinato é visto enquanto classe social.

Para compreendermos a Geografia Agrária, em específico, o cenário atual do campo denota-se que: “a territorialização do monopólio e a monopolização do território estão se construindo em instrumento de explicação geográfica para as transformações sociais do campo” (OLIVEIRA, 2004, p. 43). Desse modo, o trabalho de campo realizado, corrobora para pensarmos em estratégias ao entendimento desse território desigual que é o campo, pois o capitalismo busca monopolizar o território e dar novos sentidos aos sujeitos do campo.

## **MST: CONTEXTO HISTÓRICO E APROXIMAÇÕES COM OS AMBIENTES VISITADOS**

Os movimentos sociais, nessa discussão, são de vital importância na luta contra a territorialização do capital no campo. Esses movimentos surgem para reivindicar a terra, que é compreendida enquanto um bem de toda essa terra que historicamente foi tomada de forma ilegal pelo poderio econômico vigente.

As lutas dos trabalhadores rurais a cada dia tornam-se mais complexas, diversos são os tipos de trabalhadores e causas trabalhistas em questão. O cenário de lutas fica a cada dia mais dinâmico e correlacionado, com isso, a luta por melhores condições de trabalho são a cada dia mais pertinentes e, independentemente do local de trabalho, rural ou urbano, existe a batalha por “melhores condições de vida” (SILVA, 1998).

Ficam evidentes as lutas pela terra no espaço agrário brasileiro, cenário de disputa territorial. A expressão dessas organizações diz respeito a luta da classe trabalhadora por seus direitos, que são arrancados e estuprados pelo capitalismo (SILVA, 1998). Apontamos também os momentos de enfraquecimento que os movimentos sociais sofreram têm como culpado o Estado, que atrelado ao capitalismo, atua contra a minimização das causas trabalhistas.

De acordo com Bergamasco *et al* (1996), o contexto histórico dos movimentos sociais é acompanhado de várias polêmicas, as principais circundam a questão de Ocupar, invadir ou esperar?. A escolha do termo tem suas bases na ética, política ou legislação. A apropriação de terras públicas ou privadas é uma forma de pressionar o governo a atuar a favor dos sem-terra. Os movimentos sociais organizados lutam pela desapropriação legal de terras para reforma agrária. A ocupação de terras improdutivas é uma estratégia da política dos movimentos sociais que objetivam incentivar programas de reforma agrária, o termo ocupação pertence aos que compactuam com a ideia da socialização de terras, ao passo que os fazendeiros e a mídia dão preferência ao termo invasão.

Com base na pesquisa realizada, concordamos com Bergamasco *et al* (1996), quando apontamos que: política agrícola brasileira é muito frágil, assim como os cuidados com os assentamentos – cuidados com técnicas e políticas humanas para com os sujeitos assentados. O acesso legal a terra implica novas possibilidades e reordenamento nos assentamentos, pois uma política incisiva de reforma agrária acarreta desenvolvimento econômico e social nos assentamentos, é por isso que as ocupações são de muita importância para a vida dos sem-terra. Ocupar terras ociosas é garantir a sobrevivência de milhares de jovens, homens, mulheres, idosos e crianças no meio rural.

A luta pela terra não é uma luta que se iniciou agora, mas tem uma longa história dentro do campesinato, principalmente no que se refere ao Brasil e que esta escrita nas lutas que muitas vezes são sangrentas nessa classe social. Com o desenvolvimento do capitalismo, a nova modernização trazida ao campo e sua conseqüente expansão, não beneficia os trabalhadores rurais, mas sim os latifundiários, de forma que esses trabalhadores ficam a mercê do capitalismo; por esse motivo vários movimentos sociais

surgiram no decorrer da história de luta pela terra e reforma agrária; mas muitos desses movimentos sucumbiram devido à violência que seus coordenadores sofreram.

Os conflitos sociais foram constantes, mas, ao mesmo tempo, em que a violência trazia morte, dava força para que os trabalhadores buscassem novas formas de luta contra a violência sofrida por eles, e dentro desse processo de lutas, nasce o MST em 1980 como parte desta luta e que tem como ação lógica o acampamento-assentamento, sendo o mesmo uma organização mais sólida e de abrangência nacional que articula simultaneamente o espaço de luta e o território, através do movimento dentro do próprio assentamento, trazendo uma nova perspectiva para os trabalhadores, onde sua estrutura organizativa é totalmente diferente, de forma que respeita os movimentos de outros lugares, como também respeita as decisões tomadas coletivamente.

Nesse contexto, tanto o acampamento Nelson Mandela como o assentamento Maria Bonita, hora visitados possuem as características inerentes ao movimento do MST, que no seu processo de formação busca exercer pressão sob o Estado para que possam atingir seus objetivos que é a conquista da terra e também da democracia, e que a melhor forma de conseguir é fazendo ocupação; no entanto as dificuldades e os conflitos sempre vão existir, mas a luta tem que continuar, pois é através desses movimentos que outros objetivos podem ser conquistados, mesmo com dificuldade e sofrimento as conquistas sempre virão, mesmo que essas conquistas sejam pequenas, vale muito a pena ter lutado.

Na estrutura do MST, seus integrantes originaram diferentes metodologias de luta e os princípios que constituem essas metodologias trata-se da formação, ordenação, as estratégias de lutas e conversação com Estado, como também, com os latifundiários, se iniciando por meio do trabalho de base. Os trabalhos de base podem ser sistematizados por indivíduos que vieram de outros locais, locais esses que edificaram os seus conhecimentos, isto é visto no acampamento Nelson Mandela que possui 8 coordenadores, o mesmo possui também um integrante, no qual, é chamado de Juca militante do MST, filho de acampados, vindo de fora, não mora no acampamento, mas trabalha firmemente no mesmo a fim de conquistas positivas para os acampados.

O acampamento possui 54 famílias acampadas na fazenda Santa Fé e 45 famílias na fazenda Redenção. Ao total são 6 mil tarefas de terras que eram pertencentes a Antônio Dantas, essas mesmas terras fazem parte do município de Água Branca. Esse acampamento antes era á beira do canal do Sertão, mas por motivo de pouca terra fizeram a retirada, os mesmos, fizeram resistência ao Canal do Sertão, com mobilizações para impedir a sua construção, mas sem sucesso. Antes as famílias retiravam água do

Canal, mas quando a fiscalização via as mesmas barrava a população de acampados de pegar água, diante dessa situação, passaram comprar água a R\$60,00 o caminhão-pipa, cujo, o valor é dividido pelas famílias, a prefeitura de Delmiro Gouveia – AL fornece água, mas não é suficiente para as necessidades do acampamento, por isso que os acampados acabam por comprar água e a questão da água é uma das grandes dificuldades do acampamento. Não recebe política pública e os alunos vão estudar na cidade, por meio de um carro que a prefeitura de Delmiro Gouveia disponibilizou através de muita luta feita pelos acampados.

E o fato desses alunos estudarem na cidade é visto de forma negativa, pois ao chegar nessas escolas urbanas, esses estudantes se sentem deslocados com os tipos de conhecimentos reproduzidos, ocasionando a desistência de muitos, pois esta escola não agrega o indivíduo do campo, o marginaliza. Uma Educação do Campo transformadora deve ter suas bases no campo, primeiro compreendendo o campo para depois as outras relações sociais, porém de maneira crítica. A Educação do Campo se dá no cenário do conflito à luz de uma superação do capitalismo com base na luta de classes, pensando em uma disputa territorial, por isso a importância e a luta por uma Educação do Campo. Essa realidade vivida pelos alunos faz parte do cotidiano tanto do assentamento quanto do acampamento aqui estudados.

O Programa Nacional de Educação (PNE) é uma das últimas reformas inovadoras, porém quando implantado bagunçou toda a estrutura, porque o mesmo se mostra contra a Educação do Campo. A Educação do Campo permanece do lado de fora, ela foi implantada somente por ser obrigatória. O PNE não é focado nas políticas educacionais do campo, na criação da Lei n. 10.172/2001, embora o PNE estabeleça entre suas diretrizes um tratamento diferenciado para a escola rural, a organização do ensino em séries, a instrução progressiva das escolas uni docentes e a universalização do transporte escolar não são tratadas como problemas específicos do campo corroborando na compreensão de que o PNE busca unir todas as escolas, tanto rurais quanto urbanas, em um único modelo, sem trazer novidades para a Educação do Campo, tendo como resultado destas políticas o fechamento das escolas rurais.

Os estudantes rurais do campo precisam se deslocar vários quilômetros por dia para frequentar escolas nos centros urbanos. Em que essa antipolítica vai contribuir, ou melhor, por que o resultado é devastador? Porque além de levar os estudantes rurais para os centros urbanos, o governo tem como objetivo levar o agronegócio, a industrialização para o campo, desta forma a intenção real do governo com relação à Educação do Campo é trazer a mesma para o capitalismo. E é aí que entra novamente o

PNE, que é tido como o último dos recursos, buscando outros meios para a Educação do Campo, mesmo com todos os pontos contra, tentam encontrar diretrizes operacionais para a escola do campo.

A resolução do Currículo Nacional do Ensino Básico-Competências Essenciais (CNEB) n. 1/2002, demonstra a relação do campo com as mudanças e os avanços que iram ocorrer após essas diretrizes operacionais. O PNE é tido como a mãe e as Diretrizes operacionais são os conselheiros, trazendo uma reforma educacional através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e depois o PNE, trazendo várias discussões, o MEC começa a criar programas de desenvolvimento com base na Educação do Campo para tentar relacionar a educação sempre com o capitalismo ao agronegócio. Deixando de lado o real foco que seria o vínculo da Educação do Campo com as lutas sociais, trilhando sempre os dois caminhos juntos, e somente depois de muitas discussões começam a surgir as conquistas. Com a resolução da CNE/CNEB n. 1/2002 e CNE/CNEB n. 2 de 28/04/2008 restitui os direitos populacionais básicos nas escolas do campo e o decreto n. 7.352 de 04/11/2010 que irá dispor das políticas públicas do Programa Nacional da Educação na reforma agrária (PRONEB).

Com essa resolução, abrem-se os caminhos, pois tem o começo dos avanços nas conquistas mesmo que pequenas, pois a resolução quando criada deixou algumas brechas para a efetivação da Educação do Campo. A segunda conquista foi a diversidade sendo a categoria central da Educação do Campo, desta forma cita-se o quinto artigo: “As propostas pedagógicas das escolas do campo são respeitar as diferenças o direito a igualdade que contempla a diversidade do campo em todos os seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de geração e etnia”, que, se analisado ao pé da letra, não era bem a intenção apesar de estar exposto em lei, serviria como uma película para cobrir a resolução.

Sendo que a terceira resolução trata sobre a formação dos professores e matriz curricular, sendo um paradigma que se contradizia sempre, segundo a resolução n. 1/2002, tinha uma maior postura voltada para a escola, porém e a diversidade e universalização? Quanto à diversidade ela é toda retratada, no entanto a universalização é focada apenas uma parte e não um todo, e o último ponto ele retrata a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável no artigo oitavo, inciso segundo: os direcionamentos das atividades devem voltar-se para o campo, ou seja, a escola tem que ter suas atividades dentro de um projeto sustentável lá mesmo. Porém não ocorria, sendo que o último tratava sobre a gestão democrática e o movimento social, ou seja, tem que ter a



participação efetiva da comunidade de forma que a Educação do Campo fosse organizada pelos próprios sujeitos.

Estas conquistas só serão firmadas no Decreto n. 7.352 de 04/11/2010 onde eles buscam e conceituam a Educação do Campo, após encontrarem a respostas para indagações sobre a importância da Educação do Campo, para que serviria? E como era para se trabalhar com esse tipo de educação? O problema maior era saber separar as políticas públicas, pois este tipo de política não era para a educação urbana, mas sim para educação do/no campo de maneira a incentivar o resgate de uma cultura passada de geração para geração e que tem que ser compreendida e assegurada perante a lei.

A parte essencial para o entendimento sobre a contextualização da Educação do Campo é buscar entender as lutas sociais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tornando-se impossível separar estes dois contextos que estão vinculados pela luta por direitos de igualdade social, pois os mesmos lutam apenas para garantir moradia, terra para plantio, saúde e educação para que seus filhos possam ter um futuro digno e possam entender o que acontece há décadas em sua comunidade. Os progressos obtidos no acampamento são tidos a partir de muita luta e essa luta é constante, pois muito ainda se tem a conseguir.

A luta deste movimento social ainda é considerada muito pequena em relação aos limites territoriais do país, o que de certa maneira permite que o governo controle e direcione os mesmos de acordo com suas conveniências de momento, no entanto é notável que esse movimento, vem ganhando aos poucos cada vez mais força. Torna-se visível também que existe uma diferença entre a luta econômica pela terra, e a luta pela reforma agrária, de maneira que através da reforma agrária poderia haver uma concentração geográfica dos assentamentos, proporcionaria um poder econômico e político da pequena produção agrícola, capaz de se rebater ao poder do agronegócio. No entanto o que ocorre com os assentados é a produção de pequena escala, isso se torna um problema, pois nos dias atuais não há espaço econômico para a pequena produção agrícola e, isso se refere aos assentamentos rurais.

As lutas dos trabalhadores rurais a cada dia torna-se mais complexa, diversos são os tipos de trabalhadores e diversas são as causas trabalhistas em questão. O cenário de lutas fica a cada dia mais dinâmico e correlacionado, com isso, luta por melhores condições de trabalho são a cada dia mais pertinentes e, independentemente do local de trabalho, rural ou urbano, existe a batalha por “melhores condições de vida” (SILVA, 1998).

A visita a esse acampamento e ao assentamento nos proporcionou uma visão diferenciada a respeito do movimento MST, de maneira que assim como uma determinada comunidade urbana, os mesmos são responsáveis por reproduzirem para as futuras gerações sua tradição, sua cultura existente no meio rural, os mesmos impressionam por serem protagonistas de sua própria organização, onde os assentados vivem uma democracia viva, de modo que cada um dos seus integrantes ocupe cargos e tenham a oportunidade de tomar decisões sobre a vida da comunidade em geral. Todavia, torna-se essencial para a comunidade manter alicerces da democracia, e desta forma não existe um presidente, mas uma organização bem diversificada em núcleos para garantir uma melhor gestão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões Agrárias tratam-se, sobretudo, das lutas que permeiam o desenvolvimento capitalista no campo numa perspectiva territorial, tendo em vista que tal sistema é desigual e contraditório, o que fornece subsídios para o surgimento da questão Agrária tal como ela é. Desta forma o MST é fundamental na luta contra a territorialização do capital no campo, onde os mesmos lutam por direito a terra para garantia da produção familiar, tendo condições de proporcionar para seus filhos saúde, qualidade de vida e estudo, para que após sua formação os mesmos possam voltar para seus assentamentos e dar assistência a sua comunidade.

A Educação e a Escola do Campo é o meio pelo qual o povo camponês adquire e transmite conhecimentos sobre a cultura, e é pela educação que a cultura é transmitida e pode ter avanços significativos (no sentido de evoluir e humanizar os povos), tendo em vista a melhor qualidade de vida para todos. Nesse prisma, consideramos que existe uma educação formal e outra informal, as duas são capazes de transformar a sociedade. Desse modo, compreendemos que a educação deve servir aos trabalhadores e deve ter por finalidade a equalização dos problemas vividos no contexto da vida cotidiana da grande maioria dos povos.

A educação do campo deve ser capaz de alimentar a capacidade crítica dos sujeitos frente ao papel alienante do atual modelo educativo brasileiro, e questionar a atual mídia, política, economia e desenvolvimento social e deve, ainda, fornecer os subsídios para que outro modelo de sociedade seja pensado.

A educação e a escola do campo destina a formação do trabalhador, e com responsabilidade social, assume um caráter diferente, objetiva conduzir os indivíduos a análises críticas sobre sua realidade, a realidade do outro a reprodução da vida social em comunidade. No viés da educação dos movimentos populares a escola do campo deve contribuir para que os alunos não reproduzam a alienação.

## REFERÊNCIAS

1. BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabelo. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
2. SERPA, Ângelo. **Boletim Paulista de Geografia**. Seção São Paulo - Associação dos Geógrafos Brasileiros. - nº 1/84 (1949) - São Paulo: AGB, jul., 2006.
3. SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
4. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In: Oliveira, A. U.; Marques, M.I.M.. (Org.). **O Campo no Século XXI**. 1ªed.São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004, v., p. 29-70.
5. OLIVEIRA, Ariovaldo. **Desenvolvimento Rural: A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estud. Av.vol.15 no.43 São Paulo. Sept./Dec., 2001.
6. STEDILE, João Pedro. **O Latifúndio**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000, p. 161-221.